ISSN: 2358-8829

O DIREITO À VOZ: A BIBLIOTERAPIA E A CNV COMO ATOS DE RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS.

Franceane Almeida de Castro [1]

INTRODUÇÃO

O cenário educacional contemporâneo nas instituições públicas de ensino brasileiro tem sido marcado por transformações profundas na natureza do trabalho docente, acompanhadas por uma intensificação sem precedentes dos processos de precarização laboral e adoecimento psíquico. O professor, frequentemente reduzido à condição de mera mão de obra operária encarregada do cumprimento de metas burocráticas, encontra-se submetido a uma rotina de invisibilização subjetiva, assédio moral e violência psicológica institucionalizada. Essas dinâmicas provocam a fratura da sua identidade profissional e pessoal, tolhendo-lhe o protagonismo e o próprio direito à palavra no cotidiano pedagógico.

Diante desse panorama desolador, o presente trabalho investiga o processo de degradação emocional do educador e propõe caminhos de restauração psíquica. A justificativa implícita do estudo reside na urgência de romper com o silenciamento institucional e com a naturalização da dor docente, oferecendo dispositivos teórico-metodológicos capazes de devolver a dignidade e a autonomia a esses sujeitos. O objetivo geral da pesquisa é analisar como a integração entre a Biblioterapia e a Comunicação Não Violenta (CNV), formulada por Marshall Rosenberg, atua na reconstrução da subjetividade e na prevenção do sofrimento mental dos educadores vitimados pela violência escolar.

Especificamente, pretende-se: mapear as causas estruturais da crise de identidade docente decorrente do assédio moral e da precarização na escola pública; examinar a mediação de leitura biblioterapêutica como ferramenta de ressignificação de

[1]Graduada do Curso de Letras pela UNINTER – PR; Graduada do Curso de Pedagogia pela FAVENI - ES; Pós-graduada em Comunicação Social pela UFAL; Pós-graduada em Literatura Brasileira pela FAVENI - ES; profa.annecastro@gmail.com

traumas e elaboração do espaço íntimo; e delimitar os princípios da CNV como estratégia política de resistência, empatia e autocuidado interpessoal. A síntese metodológica caracteriza-se por uma abordagem bibliográfico-qualitativa de cunho analítico e propositivo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfico-exploratória e analítica, orientada para a formulação de estratégias de intervenção subjetiva no campo do trabalho docente. A opção por este delineamento justificasse pela necessidade de aprofundar os referenciais teóricos que correlacionam o adoecimento emocional na escola pública às práticas de resistência e restauração psíquica mediadas pela literatura e pela linguagem empática.

O levantamento bibliográfico foi executado a partir das obras fundamentais dos autores de referência sobre temas relacionados ao adoecimento psíquico dos docentes; violência escolar nas escolas públicas; reconstrução da subjetividade do professor; Biblioterapia e Comunicação Não Violenta.

Nesse cenário, os livros e artigos científicos publicados com rigor de pares que tratem das bases conceituais da Biblioterapia (Caldin; Petit; Ouaknin); obras fundantes da Comunicação Não Violenta (Rosenberg); produções teóricas que discutam o trabalho e a precarização docente (Freire; Saviani); e estudos recentes de pesquisas realizadas em instituições governamentais e educacionais como a Fundação Carlos Chagas, apresentam dados empíricos sobre a saúde mental de professores nas redes públicas de ensino.

A análise do corpus textual selecionado pautou-se na análise temática de conteúdo, estruturada em três fases consecutivas: pré-análise (leitura flutuante e constituição do corpus), exploração do material (categorização dos conceitos centrais) e tratamento dos resultados obtidos com interpretação inferencial. A partir desse procedimento sistemático, derivaram-se as categorias analíticas organizadas na seção subsequente de resultados e discussão. Tratando-se de um estudo eminentemente teórico bibliográfico, dispensou-se a submissão a Comitês de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP/CONEP). Todavia, mantiveram-se o rigor ético do trabalho, o respeito integral às fontes consultadas e a fidelidade às citações dos autores.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a dimensão histórica e socioestrutural da crise enfrentada pelo magistério na escola pública, a fundamentação teórica deste trabalho ancora-se nas contribuições críticas de Paulo Freire, Dermeval Saviani e Lev Vygotsky. Sob a ótica freireana, a educação é um ato profundamente político e humanizador; contudo, quando as instituições operam sob dinâmicas opressivas, retira-se do educador a sua capacidade de conscientização e ação transformadora sobre o mundo (FREIRE, 1996). A negação da palavra ao professor representa a tentativa de anulá-lo enquanto sujeito histórico.

Complementarmente, Saviani analisa como a lógica tecnocrática e produtivista reconfigurou o trabalho pedagógico, alienando o docente do produto e do sentido do seu próprio fazer. O professor passa a ser visto não como um intelectual crítico, mas como um executor de pacotes currenciais padronizados, sujeito a cobranças desproporcionais e à desvalorização social (SAVIANI, 2013). Essa condição de proletarização intensifica o desgaste psíquico e favorece o surgimento da Síndrome de Burnout.

A perspectiva histórico-cultural de Lev Vygotsky fornece as bases para compreender como a linguagem e as interações sociais constituem a psique humana. Para Vygotsky, a mediação simbólica é a chave para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (VYGOTSKY, 1998). Quando o ambiente escolar é impregnado por ruídos comunicacionais, violência verbal e assédio, a mediação torna-se destrutiva, comprometendo a saúde mental do trabalhador.

No âmbito do aporte teórico-metodológico específico da leitura, a pesquisa respalda-se nas investigações da antropóloga Michèle Petit, que discute o papel da literatura na reconstrução do espaço íntimo em contextos de crise e vulnerabilidade. Conforme pontua Petit: A leitura não é um mero passatempo eufórico ou uma evasão passiva da realidade; trata-se de um recurso essencial de elaboração subjetiva que permite ao indivíduo recompor um espaço próprio, dar forma às suas dores inomináveis e reordenar o seu caos interior frente à violência do mundo exterior (PETIT, 2008, p. 54).

O filósofo Marc-Alain Ouaknin reforça essa premissa ao definir o livro como um dispositivo terapêutico e dinâmico, capaz de promover a abertura do ser para novos horizontes de significado (OUAKNIN, 1996). No Brasil, os estudos fundacionais da psicóloga e pesquisadora Clarice Caldin consolidam a biblioterapia como uma prática que utiliza o texto literário como mediador no processo de cura, autoconhecimento e restauração da saúde emocional (CALDIN, 2001).

ISSN: 2358-8829

A integração da Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida pelo psicólogo americano Marshall Rosenberg, adiciona uma dimensão prática e relacional indispensável à prevenção do adoecimento docente. Rosenberg conceitua a CNV não como uma simples técnica de persuasão ou polidez superficial, mas como uma abordagem estruturada da linguagem que visa restabelecer a conexão empática entre os seres humanos, mesmo em contextos de elevada tensão e conflito (ROSENBERG, 2006).

O modelo da CNV baseia-se na articulação consciente de quatro componentes fundamentais: observação isenta de julgamentos morais, identificação de sentimentos, clareza sobre as necessidades humanas subjacentes e formulação de pedidos concretos e exequíveis. Quando aplicado ao ambiente escolar, esse método permite desarmar os ciclos de reatividade verbal, reconhecer os gatilhos emocionais da exaustão e expressar limites profissionais de maneira assertiva sem recorrer ao isolamento ou à agressividade.

São imperiosos os saberes mencionados a fim de prevenir e combater o absenteísmo nas escolas em virtude da sobrecarga de trabalho e da falta de empatia e harmonia no ambiente escolar, os quais provocam o adoecimento mental do corpo docente. Neste sentido, segundo o Ministério da Previdência Social, em 2025, o Brasil registrou mais de 65 mil afastamentos de professores da rede pública por problemas de saúde mental. Nesse contexto, em cada dez professores analisados, sete apresentam sintomas de ansiedade e depressão. Por essa razão, a partir dos aportes teóricos no campo da psicologia, da pedagogia e da biblioteconomia, elabora-se uma **Matriz de Convergência Teórico-Prática entre Biblioterapia e CNV**:

Dimensão Estética/Literária (Biblioterapia): Mediação de leitura (Petit; Caldin); identificação com a narrativa; metáfora da dor e elaboração do trauma; acolhimento do espaço íntimo.

Dimensão Relacional/Empática (CNV): Expressão honesta sem julgamento (Rosenberg); escuta empática das necessidades não atendidas; desarticulação do assédio e da violência verbal. Síntese Transformadora: Restabelecimento da voz docente; reconstrução da identidade profissional; transição da exaustão para a autoria política e pedagógica.

É evidente que a violência escolar que atinge o docente manifesta-se em múltiplas camadas: desde o assédio moral praticado por gestores autoritários até a agressividade verbal de alunos e familiares desamparados socialmente. Essa violência contínua corrói a estima do professor, conduzindo-o ao fenômeno do "silenciamento

aprendido". O educador deixa de opinar, de criar e de se posicionar, passando a vivenciar a escola como um ambiente tóxico e ameaçador à sua integridade física e mental.

Nesse cenário, a conjunção entre o poder catártico da literatura (Biblioterapia) e a clareza relacional da empatia (CNV) atua como um antídoto eficaz. Enquanto a leitura acolhe a dor individual e permite ao professor nomear o que sente por meio das metáforas literárias, a CNV fornece o instrumental comunicacional para que esse sofrimento seja traduzido em reivindicação legítima, diálogo estruturado e preservação da dignidade profissional no espaço público.

Ademais, o enfrentamento ao adoecimento docente e ao assédio no espaço escolar encontra respaldo direto no ordenamento jurídico brasileiro. A Lei Federal nº 13.663/2018, ao alterar o art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), positivou o dever das instituições de ensino de promover a cultura de paz e prevenir qualquer forma de violência no ambiente escolar. Ademais, amplia-se o Decreto nº 12.122/2024 e a Portaria MGI nº 6.719/2024 que, ao instituírem o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, trazem diretrizes rígidas de gestão humanizada e acolhimento para os agentes públicos. Essa engrenagem de proteção é reforçada pelo regime estatutário do servidor público (Lei nº 8.112/90 e correlatos estaduais/municipais), que impõe à Administração Pública o dever de zelar pela dignidade e pela integridade psíquica de seus trabalhadores, além da própria Constituição Federal, que elege a saúde (art. 6º) e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) como direitos fundamentais indissociáveis do ambiente laboral. Nessa perspectiva, a Comunicação Não Violenta (CNV) de Marshall Rosenberg deixa de ser vista como simples alternativa relacional para consolidar-se como ferramenta de gestão pública e prática interpessoal alinhada às políticas de mediação de conflitos e promoção da saúde mental docente preconizadas pela legislação nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização dos conhecimentos teóricos e analíticos permitiu estruturar os dados em três categorias centrais de discussão: a) Diagnóstico da Precarização e do Assédio Moral e Violência Psicológica na Escola Pública; b) A Biblioterapia como Dispositivo de Restauração e Acolhimento do Espaço Íntimo; e c) A CNV como Prática de Resistência Politizada e Desarmamento dos Conflitos Escolares.

ISSN: 2358-8829

Nessa abordagem, no âmbito escolar, o docente (vítima de violência) sofre os efeitos manifestados pela escola pública por meio de violência institucional; assédio moral; cobranças desmedidas; ausência de escuta; punições veladas; silenciamento; sensação de impotência e inutilidade.

Nesse contexto, a CNV (Expressão assertiva de limites e necessidades universais dos docentes) combate a despersonalização do professor; redução a mero executor de currículos padronizados; perda do sentido profissional; esvaziamento da autonomia prevista na LDB. Ademais, a Biblioterapia propõe, através da literatura e das técnicas de mediação da leitura, a recuperação da voz e da metáfora autoral a qual promove um espaço de escuta e compartilhamento de sentimentos, emoções e perspectivas ampliadas pelas partilhas, promovendo acolhimento e pertencimento (valores inerentes ao ser humano). Dessa forma, pretende-se combater o isolamento e a depressão; a ausência de espaços de acolhimento e escuta entre pares; a ansiedade; a somatização provocados pela rotina escolar; a exaustão psíquica; a síndrome de burnout e de pânico etc.

Dessarte, o sofrimento psíquico do educador não resulta de uma vulnerabilidade individual ou fraqueza biológica, mas sim de uma engrenagem institucional que fomenta a despersonalização. Como ressalta Caldin (2001), quando a dor e a exaustão não encontram espaço de vazão no discurso lógico e cotidiano, o texto literário atua como um mediador capaz de fornecer a distância estética necessária para que o indivíduo reconheça suas emoções e as expresse sem medo de retaliação.

Nesse sentido, a leitura biblioterapêutica possibilita ao professor reencontrar a sua história na história das personagens literárias, compreendendo que o seu sofrimento é compartilhado e fruto de condicionantes sociais amplos. Esse movimento quebra o isolamento subjetivo e lança as bases para a reconstrução da identidade profissional ferida. Assim, a prática dos círculos biblioterapêuticos empáticos no ambiente escolar torna-se um espaço legítimo para acessar a subjetividade e concomitantemente gerar o fortalecimento da comunidade escolar.

A articulação da Biblioterapia com a Comunicação Não Violenta proporciona a transição de um estado defensivo/passivo para um posicionamento ativo e emancipatório. A aplicação prática da CNV exige que o docente aprenda a identificar os sentimentos

ISSN: 2358-8829

mascarados pela raiva ou pela apatia, reconhecendo as necessidades não atendidas de respeito, valorização e segurança no trabalho.

Esse percurso de restauração subjetiva do educador inicia-se com o rompimento da espiral do silêncio por meio do acolhimento literário. A literatura atua como um espelho protetor que organiza os fragmentos da psique ferida. Em seguida, a incorporação dos princípios da CNV fornece as ferramentas comunicacionais necessárias para que o professor estabeleça pontes dialógicas com seus pares, com a gestão e com a comunidade escolar.

A apropriação desses métodos promove o fortalecimento da autoria e da resistência política sem descambar para a agressividade destrutiva. O professor reaprende a dizer "não" às imposições arbitrárias e ao assédio, fundamentando suas posições na defesa legítima da sua saúde e da qualidade do ato educativo. Trata-se da recuperação do direito de existir e falar como sujeito pleno no espaço público da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa permitiu evidenciar que a crise de saúde mental vivida pelos professores das escolas públicas brasileiras constitui uma problemática estrutural e política que exige respostas teóricas e metodológicas inovadoras. A redução do docente a um mero cumpridor de tarefas burocráticas, aliada à presença constante do assédio moral e da violência simbólica, compromete gravemente a qualidade da educação e destrói a subjetividade daqueles que se dedicam ao ensino.

Os resultados alcançados demonstram que a Biblioterapia e a Comunicação Não Violenta constituem ferramentas potentes e complementares para a reconstrução da identidade docente. A mediação de leitura possibilita o acolhimento do sofrimento e a reorganização do mundo interno, enquanto a CNV oferece os caminhos práticos para o restabelecimento do diálogo, a imposição de limites saudáveis e o desarmamento de conflitos no ambiente de trabalho.

A prospecção da aplicação empírica desta proposta aponta para a necessidade premente de institucionalização de Espaços de Acolhimento e Círculos de Biblioterapia e CNV dentro das redes públicas de ensino, integrando-os aos programas formais de formação continuada de professores. Recomenda-se a realização de novas pesquisas empíricas de campo que acompanhem a implementação prática desses círculos de escuta

nas escolas, avaliando quantitativa e qualitativamente seus impactos na redução dos índices de afastamento médico motivados pelo adoecimento mental. Em última análise, garantir ao professor o direito à voz e ao cuidado psíquico não representa um privilégio corporativo, mas uma condição indispensável para a preservação da dignidade humana e para a construção de uma escola pública verdadeiramente democrática, inclusiva e humanizadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024.** Institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12122.htm.> Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.> Acesso em 28 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024**. Institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações. Brasília, DF: MGI, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/plano-setorial-de-prevencao-e-enfrentamento-do-assedio-e-da-discriminacao/portaria-mgi-67192024.pdf.> Acesso em: 28 out. 2026.

CALDIN, C. F. **A biblioterapia: uma proposta de leitura terapêutica**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 25, n. 1, p. 55-66, 2001.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. **Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas.** EMosaicos, v. 7, p. 3-25, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

OUAKNIN, M.-A. **Biblioterapia: o livro como remédio.** São Paulo: Editora Unesp, 1996.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

ISSN: 2358-8829

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.